



**O PÓS-ABOLIÇÃO NA CIDADE DE PINDAMONHANGABA/ VALE DO
PARAÍBA PAULISTA: Tutela e trabalho infantil (1888/1889)**

MARIA APARECIDA PAPALI*

No dia dois de fevereiro de 1889, na cidade de Pindamonhangaba, no Vale do Paraíba paulista, o escrivão Antônio Manoel Cunha Dias registrava a denúncia apresentada pela liberta Matilde, a qual dizia o seguinte:

Diz Matilde ex-escrava de D. Maria Rita Marcondes dos Santos, que tendo vossa senhoria nomeado tutor de seu filho Militão de 14 anos de idade o cidadão Francisco Ignácio de Moura Marcondes fazendeiro desse município e que sendo constante as queixas de seu filho de maus tratos não só por parte de seu tutor como de outras pessoas da casa, vem a suplicante pedir e requerer a vossa senhoria digna-se ao seu filho outro tutor que melhor zele de sua educação. (Denúncia/ caixa 186/doc.09, AHWBA)Pindamonhangaba/SP

O desenlace do documento não permite identificarmos se a súplica de Matilde foi atendida pelas autoridades jurídicas. No entanto, o mesmo documento identifica que alguns dias após esse pedido de Matilde seu filho Militão foge de seu tutor, é capturado por agentes do judiciário que foram ao seu encalço e levado à presença do Juíz de Órfãos para prestar depoimento. O depoimento de Militão é revelador dos maus tratos aos quais muitos desses meninos tutelados eram submetidos. No auto de perguntas, Militão responde o seguinte:

Perguntado qual era seu nome, idade e de quem era filho? Respondeu chama-se Militão, que tem quatorze anos mais ou menos de idade e é filho de Matilde.

Perguntado onde esta morando? Respondeu que na casa de Dona Maria Rita, filha de Francisco Ignácio de Moura Marcondes.

Perguntado por que motivo quer de lá sair? Respondeu que lá era mal tratado e castigado

* Doutora em História Social/ Docente e Pesquisadora da Universidade do Vale do Paraíba/UNIVAP

Perguntado em que consistia o castigo? Respondeu que apanhava sempre com palmatoria sendo isso sem motivo.

Perguntado se lhe davão a alimentação necessária? Respondeu que não

Perguntado qual o serviço que fazia na casa onde estava? Respondeu que trabalhava com enxada.

Perguntado se sabia ler e escrever? Respondeu que não
Perguntado se deseja voltar para a companhia de seu tutor? Respondeu que não por ser mal tratado. (Denúncia/caixa 186/doc.09, AHWBA)Pindamonhangaba/SP

Embora o documento não tenha uma finalização, não temos como saber se Militão retorna para a companhia de sua mãe, ele indica que o tutor Francisco Ignacio de Moura Marcondes, bem como seus aparentados, provavelmente tinham como hábito a prática de maus tratos e a exploração sobre o trabalho de seus tutelados. Dentro do corpo do mesmo documento de denúncia, um outro tutelado do fazendeiro Manoel Francisco Moreira Marcondes, o menor chamado Marciano, filho da liberta Tereza também foge de seu tutor, é também capturado e levado para prestar depoimento, cujo teor é extremamente semelhante ao do órfão Militão. Diz Marciano o seguinte:

Perguntado qual era seu nome, idade e de quem era filho? Respondeu que chama-se Marciano, que é filho de Tereza e que tem mais ou menos 12 anos de idade.

Perguntado onde morava e por que sair da casa onde estava? Respondeu que morava na casa de Dona Maria Rita filha de Francisco Ignácio de Moura Marcondes e que havia saído por que era mal tratado e muito judiado por Manoel Francisco Moreira Marcondes, seu tutor.

Perguntado em que consistia a judiação de que fala? Respondeu que o dito seu tutor castigava-o sempre sem motivo, sendo às vezes com palmatória outras vezes com relho trançado.

Perguntado se tinha alimentação necessária? Respondeu que tinha alimentação precisa sendo que a roupa era pouca.

Perguntado qual o serviço que fazia na casa de seu tutor? Respondeu que era ocupado no serviço de enxada.

Perguntado se sabe ler e escrever? Respondeu que não

Perguntado se deseja voltar para a casa de seu tutor? Respondeu que não tendo em vista o que acabou de dizer. (Denúncia/caixa 186/doc.09,

Maus tratos, pouca vestimenta, parca alimentação, o árduo trabalho na enxada para corpos tão jovens, morar em casa de estranhos, apartados de suas famílias, nenhum trânsito pelo conhecimento das primeiras letras, certamente essa era a rotina de muitas crianças e jovens submetidos à tutela ou à soldada nas primeiras décadas do pós-abolição. Buscando por esses percalços, este trabalho tem como objetivo discutir os primeiros resultados de um projeto em andamento, financiado pela FAPESP* buscando identificar tensões e conflitos envolvendo libertos (as), ex-escravos (as), ingênuos, mães solteiras pobres, crianças desvalidas e órfãos, ocorridos no pós-abolição na cidade de Pindamonhangaba, situada no Vale do Paraíba paulista.

A cidade de Pindamonhangaba, próxima da cidade de Taubaté, foi um local muito influente política e economicamente durante os tempos áureos do café na região. Assim como a vizinha Taubaté, Pindamonhangaba também teve seus barões, homens de grande influência regional, além de um significativo contingente de escravos para a época. Uma problemática que vem se tornando constante no pós-abolição do Vale do Paraíba paulista tem sido a recorrência ao ato de tutelar e ou assoldadar crianças e jovens filhos de libertas ou mães solteiras pobres, como pesquisas vem demonstrando.

Em uma primeira investigação sobre as fontes disponíveis para a história do pós-abolição na cidade de Pindamonhangaba, chama a atenção a quantidade expressiva de Tutelas de Órfãos existentes no Arquivo Histórico da cidade, grande parte delas envolvendo diretamente ex-escravas, libertas e seus respectivos filhos. Entre 1888 e 1900 foram contabilizados 269 processos de Tutelas de Órfãos, diminuindo gradativamente até 1910.

Uma das questões que se levanta consiste em perguntar se o ato de tutelar crianças e jovens filhos de ex-escravas ou mães solteiras pobres intensificou a exploração do trabalho infantil na cidade e região. Busca-se descortinar as tensões engendradas entre tutotes e

* Projeto Fapesp: "Tutelas e Soldadas no Pós-Abolição/ cidade de Pindamonhangaba, Vale do Paraíba Paulista (1888-1910) Processo nº 2016/12570-4

assoldadantes com as respectivas crianças e jovens, bem como suas mães e aparentados, tensões que não raras vezes resultavam em fugas ou aplicações de castigos e maus tratos. Procura-se também avaliar de que maneira tais arranjos tutelares influenciaram na construção sociocultural e organização do trabalho no pós-abolição da região.

Há algumas décadas, historiadores brasileiros vem pesquisando o pós-abolição, refletindo sobre as grandes possibilidades interpretativas ensejadas pelo momento, desde arranjos de trabalho, construção de comunidades solidárias, criação de jornais ou similares, bem como a busca constante por autonomia e dignidade. Wlamyra Albuquerque em livro lançado em 2009 ressalta o entrelaçamento entre racialização e cidadania ao investigar as últimas três décadas do século XIX na Bahia. Segundo a autora o pós-abolição foi um campo efervescente de disputas e construções raciais praticadas em todas as categorias sociais. Walter Fraga (2006: 229) observa que todas as experiências amealhadas pelos libertos durante a escravidão foram utilizadas principalmente na busca por melhores condições de trabalho, nas tratativas com seus antigos senhores. No entanto, muitos desses autores ressaltam a importância da não generalização dos inúmeros processos de trabalho e experiências de liberdade desenvolvidos nos mais diversos centros urbanos nacionais no pós-abolição (GOMES, Flávio; MACHADO, Maria Helena, 2015:40)

Pesquisas recentes vem demonstrando o quanto o procedimento de tutelar e assoldadar órfãos pobres no pós abolição foi utilizado em várias regiões do Brasil. Temos como exemplo o trabalho de Alba Barbosa Pessoa, que identificou esse tipo de prática acontecendo na cidade de Manaus(2011), ou de Ana Paula Pruner de Siqueira, que pesquisou tais procedimentos nos Campos de Palmas, no Paraná (2013), ou de Ione Celeste de Sousa, que procura desvendar o trabalho compulsório de ingênuos na Bahia. Algumas dessas pesquisas evidenciam a necessidade de se estudar a inserção desses menores nos trabalhos domésticos, conforme salienta Patrícia Geremias (2015) o que de fato parece indicar a leitura atenta de tais fontes.

Uma das questões que tem sido recorrentes em várias pesquisas diz respeito à utilização da mão de obra infantil no pós-abolição como possibilidade de exploração do trabalho. Em pesquisa realizada anteriormente sobre a cidade de Taubaté (2003) pude constatar o quanto essa prática parece ter sido uma constante na região do Vale do Paraíba paulista.

Nas cidades analisadas em nossa pesquisa mais recente, envolvendo as cidades paulistas de São José dos Campos, Paraibuna e Jacareí (Projeto Fapesp 2014/10190-4) ações de Tutela e Soldadas foram encontradas em maior quantidade a partir de 1888. Em São José dos Campos foram encontrados em maior número os processos de ações tutelares, sendo que em 1888, no pós-abolição imediato, há um aumento significativo dessas ações. Muitas das ações de tutela encontradas em São José dos Campos são significativas do ponto de vista da análise qualitativa, já que em várias dessas ações são encontradas fugas de menores de seus respectivos tutores ou assoldadantes, envolvendo contendas entre Oficiais de Justiça, mães e os próprios órfãos. Em Paraibuna prevaleceu os contratos de soldadas, com destaque para o ano de 1889, quando a existência desses documentos alcançam níveis bem altos. Foram observadas alta incidência de fugas, protagonizadas pelos órfãos e também em algumas dessas ações foram encontradas acusações de “defloramento”, ato praticado pelo assoldadante em suas órfãs.

Já na cidade de Jacareí, contratos de tutelas e soldadas só foram encontrados a partir de 1889, mesmo assim em número bem menor do que nas cidades vizinhas. No entanto, apesar do pequeno número, tais ações são também turbulentas, contendo fugas, maus tratos e disputas pelo trabalho do órfão. Alguns desses processos descortinam cenários imbricados, não raras vezes com esses menores sendo disputados entre tutores, mães ou contratantes. São ações de tutelas e soldadas que se prolongam por vários anos, possibilitando ao pesquisador reconstruir um pequeno cenário do cotidiano da época.

Sobre o pós-abolição na cidade de Pindamonhangaba, pesquisa que se encontra em andamento, e que diz respeito diretamente a exploração do trabalho infantil por meio de contratos de tutela e soldada, estamos em processo de digitalização de tais documentos, os quais se encontram no Arquivo Histórico Dr. Waldomiro Benedito de Abreu da referida cidade. Após a digitalização, tais processos são transcritos e as temáticas sistematizadas. No gráfico 1 constam os números de páginas de documentos já digitalizados:

Arquivos Digitalizados Pindamonhangaba/SP

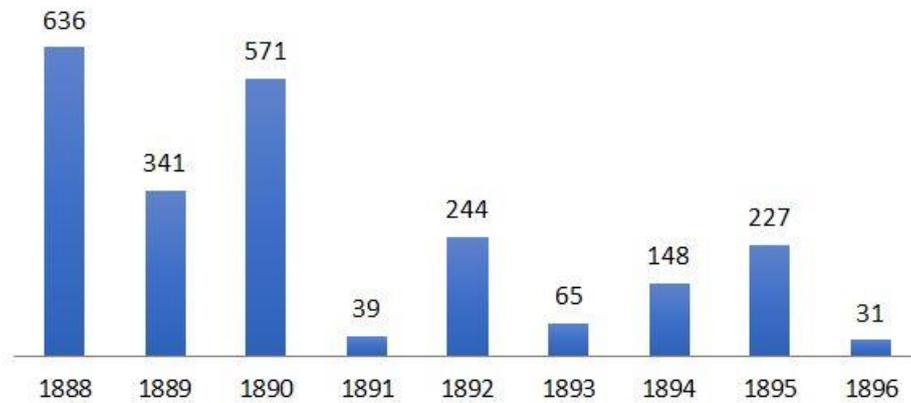


Gráfico 1: Arquivos Digitalizados/ Pindamonhangaba

Fonte: Arquivo Histórico Dr. Waldomiro Benedito de Abreu

No gráfico 2 são elencados a quantidade de processos de Tutelas entre os anos de 1888 a 1896 já digitalizados:

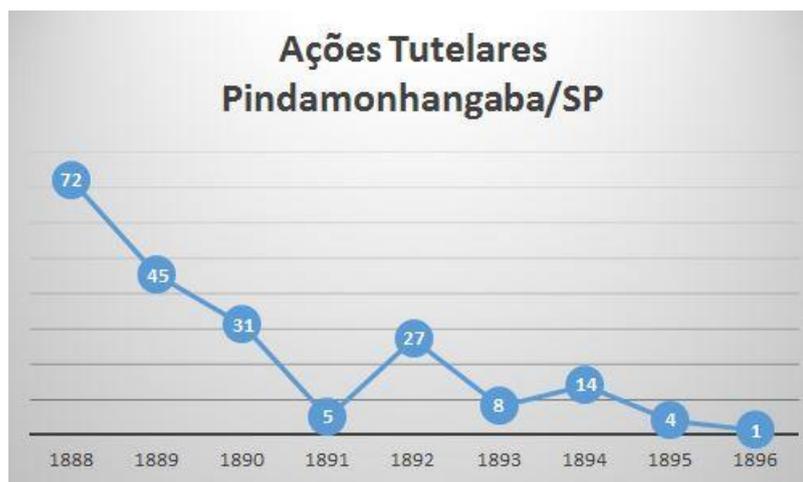


Gráfico 2: Ações Tutelares/ Pindamonhangaba

Fonte: Arquivo Histórico Dr. Waldomiro Benedito de Abreu

Como o processo de levantamento e digitalização do corpo documental ainda encontra-

se em andamento, nosso trabalho ainda tem como foco somente os anos iniciais do pós-abolição, mas mesmo assim já se pode observar a alta incidência de Ações Tutelares ocorrendo principalmente entre os anos de 1888 e 1889. Nesse sentido, tal observação está em consonância com os mesmos documentos encontrados para as cidades de Taubaté, Jacareí, São José dos Campos e Paraibuna, já pesquisadas. Em todas elas, os anos de 1888 e 1889 são os mais significativos em números de tutelas e soldadas envolvendo filhos de libertas, ex-escravas ou mães solteiras pobres.

Ao iniciarmos as transcrições dos respectivos documentos, uma temática que tem se mostrado já bastante insistente, são as fugas empreendidas por jovens tutelados, bem como, em muitas dessas fugas, ações desenvolvidas pelas mães desses jovens, grande parte delas libertas ou ex-escravas. Das 72 Ações de Tutelas encontradas para o ano de 1888 na cidade de Pindamonhangaba, em 14 dessas Ações são encontradas fugas de tutelados. Em 1889, das 45 Ações de Tutelas encontradas, 11 delas são sobre fugas praticadas por jovens tutelados, como podemos verificar no gráfico abaixo:



Gráfico 3: Fugas de órfãos / Pindamonhangaba

Fonte: Arquivo Histórico Dr. Waldomiro Benedito de Abreu

Muito embora os dados ainda sejam reduzidos, dada a natureza da nossa pesquisa

encontrar-se em andamento, é possível perceber um aumento proporcional de fugas para o ano de 1889, fato que também foi observado nas cidades anteriormente pesquisadas, como Taubaté, São José dos Campos, Jacareí e Paraibuna.

Entendemos a fuga como uma forma de resistência, como uma não aceitação do projeto elitista de exploração sobre o trabalho de filhos de libertas e mães solteiras pobres. Pesquisas recentes vem demonstrando o quanto a prática de tutelar os filhos da pobreza como forma de angariar mão de obra praticamente escrava vem de longa data na história brasileira. Ao relatar a trajetória de resistência e luta da africana livre Maria e seus filhos, a historiadora Enidelce Bertin enfatiza que as recorrentes fugas dos filhos de Maria, submetidos a contratos de tutela e soldada, significavam na verdade, a não submissão ao projeto de emancipação, gestado pelas elites brasileiras na forma de controle sobre o trabalho (2015: 139)

Ione Celeste de Sousa também reflete, em sua pesquisa sobre tutelas e soldadas no final da escravidão e no pós-abolição, que a permanência de ingênuos e filhos de ex-escravos no trabalho forçado seria um sinalizador de uma estratégia de construção de trabalhadores subalternos (2015: 189)

Dentro dos limites sociais aos quais todo sujeito histórico se encontra determinado, não se pode desconsiderar os valores culturais que escravos e libertos brasileiros já vinham construindo há tantos anos, experiências vividas dentro da escravidão e no contato direto com pobres livres em geral. Tais questões sinalizam dinâmica singular na construção do trabalhador brasileiro.

O historiador Marcelo Badaró Mattos (2008) busca compreender a formação da classe trabalhadora brasileira a partir de experiências compartilhadas entre escravos, libertos, ex-escravos e pobres livres como maneira possível de apreender permanências e transformações nessa classe em formação. Ao defrontar-se com tamanho empenho de disciplinarização do trabalho a que se propunha a elite brasileira, disposta a continuar tutelando a descendência livre da mulher escrava, o liberto brasileiro recusou o tipo de inserção social que estavam lhe oferecendo.

Ao que tudo indica, certos proprietários temiam pela maior possibilidade de escolha que certamente a abolição definitiva trouxe aos que ainda se mantinham sob o jugo do cativo. Ou, era tão evidente para os homens da época como escravos e libertandos construíam seus caminhos que a possibilidade de perdê-los como trabalhadores era o esperado.

Ao empreenderem fugas, crianças e jovens tutelados ou sob contratos de soldadas simplesmente dizem não a um projeto de controle sobre seus respectivos trabalhos e mais que isso, um projeto que apartava tais jovens da convivência com suas mães e aparentados, que buscava excluí-los de suas redes parentais, de suas redes de solidariedade. Ao dizerem não, firmam sua luta em prol da dignidade e da liberdade tão sonhadas.

Fontes:

ARQUIVO HISTÓRICO Dr. Waldomiro Benedito de Abreu/
Centro de Memória Barão Homem de Mello/ Ações
Tutelares/Pindamonhangaba/SP

Referências:

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.de. **O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BERTIN, Enidelce. **Uma “preta de caráter feroz” e a resistência ao Projeto de Emancipação**. In: in: MACHADO, Maria Helena; CASTILHO, Celso Thomas (orgs) **Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo, EDUSP, 2015

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia.** Campinas/SP: UNICAMP, 2006.

GEREMIAS, Patrícia R. **Processos de Tutela e Contratos de Soldada: fontes para uma história social do trabalho doméstico.** Anais 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, PR, UFPR, 2015

GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena. **Disputando Liberdades** in: MACHADO, Maria Helena; CASTILHO, Celso Thomas (orgs) **Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição.** São Paulo, EDUSP, 2015

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca.* Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

PAPALI, Maria Aparecida. *Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895).* São Paulo: Annablume, 2003.

PESSOA, Alba Barbosa. *O Juízo de Órfãos e o Trabalho Infantil na cidade de Manaus (1890-1920).* Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos, v.1, nº2, 2011

SIQUEIRA, Ana Paula Prumer de. *Tutela: solidariedade aos menores ou mão de obra alternativa?* Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013

SOUSA, Ione Celeste de. *Para Educar e Bem Criar: Tutelas, soldadas e trabalho compulsório de ingênuos na Bahia.* Anais do XXV Simpósio Nacional de História (ANPUH), Fortaleza, 2009

SOUSA, Ione Celeste de. “Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios”: tutelas e soldadas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1870 a 1900. In: in: MACHADO, Maria Helena; CASTILHO, Celso Thomas (orgs) **Tornando-se Livre: agentes históricos e**



lutas sociais no processo de abolição. São Paulo, EDUSP, 2015